

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 20 de setembro de 2024 • Nº 1893 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

OPERAÇÕES

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



TSE define regras para ação da PRF nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) definiram ontem as regras para operações de patrulhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante as eleições municipais. De acordo com uma portaria conjunta assinada pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a PRF não poderá dificultar a circulação dos eleitores nos dias 6 e 27 de outubro, datas do primeiro e segundo turnos. Pelas regras, estarão proibidas as operações que tiverem como único intuito o bloqueio do trânsito de veículos para verificação da situação veicular. A abordagem dos motoristas infratores e de veículos poderá ser realizada pelos agentes, mas em situações de flagrante desrespeito às regras de trânsito e para conter condutas que coloquem em risco à vida dos demais motoristas. A portaria também prevê que a PRF deverá comunicar previamente aos tribunais regionais eleitorais (TREs) a realização de operações que não se enquadram nas hipóteses de flagrante. **PÁGINA 5**

TRIBUTOS

Receita arrecada R\$ 201,6 bi em agosto volta a bater recorde

O crescimento da economia e as medidas de tributação para super-ricos voltaram a melhorar a arrecadação federal. Em agosto, as receitas do governo federal somaram R\$ 201,6 bilhões, alta de 11,95% acima da inflação sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo a Receita Federal, o valor é o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995. De

janeiro a agosto, a receita arrecadou R\$ 1,7 trilhão, alta de 9,47% acima da inflação na comparação com os oito primeiros meses do ano passado. O montante também é recorde para o período. De acordo com a Receita a arrecadação recorde de 2024 deve-se aos seguintes fatores: crescimento real e 19,31% no IR Retido na Fonte sobre o Capital. **PÁGINA 2**

ENERGIA

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



ONS recomenda que governo volte com o horário de verão

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou ontem a volta da adoção do horário de verão no país. No entanto, o governo federal ainda irá avaliar o cenário, antes de optar pela medida. De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), uma decisão deve ser tomada nos próximos dez dias. Se for adotada, a medida valeria ainda para 2024, não necessariamente em to-

do o verão. As declarações do ministro foram dadas após a reunião da ONS em que foi aprovado um indicativo de que é prudente adotar o horário de verão. "Temos hoje uma política de planejamento do setor elétrico muito alicerçada na ciência e na busca do equilíbrio entre segurança energética e melhor tarifa para a população. E com base nisso, vamos analisar a situação", disse Silveira. **PÁGINA 3**

DATAFOLHA

Paes lidera com 59% e deve ganhar no primeiro turno

A menos de um mês da eleição, o prefeito Eduardo Paes (PSD) tem 59% das intenções de voto na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. O deputado federal Alexandre Ramagem (PL) aparece com 17%, e o também deputado federal Tarcísio Motta (PSOL), com 7%. O deputado federal Marcelo Queiroz (PP) tem 2% das intenções de voto. **PÁGINA 6**

QUEIMADAS

LULA MARQUES/ABRASIL



Marina diz que produtores têm 'prejuízo enorme'

A ministra do Meio Ambiente e da Mudança Climática, Marina Silva (foto), afirmou ontem, que os produtores rurais brasileiros estão tendo um "prejuízo enorme" com as queimadas que se espalharam pelo País. A declaração foi dada em reunião no Palácio do Planalto com governadores e outros ministros sobre o combate aos incêndios. "Os proprietários estão tendo um prejuízo enorme. **PÁGINA 5**

INDICADORES

| IBOVESPA: -0,47% / 133.122,67 / -625,02 / Volume: R\$ 22.237.916.772 / Negócios: 3.977.487 | | | Bolsas no mundo | | | Salário mínimo | | IGP-M | | EURO turismo | | | | |
|--|-------|--------|-----------------|-----------------|--------|----------------|--------|------------------|------------|--------------|------------------------------|---------------|------------------------------|------------------------------|
| Mais Negociados | | | Majores Altas | | | Majores Baixas | | | Fechamento | | Compra: 6,1208 Venda: 6,3008 | | | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Dow Jones | % | IPCA | % | Compra: 5,4189 Venda: -1,06% | |
| ITAU SA PN N1 | 11,14 | +0,36 | +0,04 | METALFRIO ON NM | 113,60 | +6,17 | +6,60 | SERRA AZUL PNA* | 120,000 | -81,25 | -520,000 | 0,29% (ago.) | | |
| HAPVIDA ON NM | 4,47 | -4,08 | -0,19 | AMBIPAR ON NM | 73,89 | +5,81 | +4,06 | AGROGALAXY ON NM | 0,730 | -25,51 | -0,250 | -0,02% (ago.) | | |
| B3 ON NM | 12,00 | -1,07 | -0,13 | BAHEMA ON MA | 7,00 | +5,26 | +0,35 | INFRACOMM ON NM | 0,170 | -22,73 | -0,050 | 10,75% | 10,65% | |
| AZUL PN N2 | 5,61 | -0,18 | -0,01 | ATOMPAR ON | 2,21 | +4,74 | +0,10 | ESTRELA PN | 3,90 | -18,58 | -0,89 | 0,0751% | R\$ 455,67 | |
| AMBEV SJA ON | 12,95 | -0,23 | -0,03 | DESKTOP ON NM | 16,740 | +4,62 | +0,740 | RECRUSUL ON | 5,89 | -11,96 | -0,80 | 0,5755% | Compra: 6,0538 Venda: 6,0545 | Compra: 5,4558 Venda: 5,6358 |

MERCADOS



Bolsa fecha na mínima nesta quinta pelo 2º dia, aos 133,1 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de inapetência por risco na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), desconnectada da disparada de preços dos ativos listados em Nova York - especialmente os de tecnologia (Nasdaq +2,51%), mais sensíveis no curto prazo aos juros norte-americanos -, prevaleceu na Bolsa o sentimento pós-Copom, combinado de certa forma ao pós-Fed.

Pelo segundo dia seguido, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou, ontem, na mínima da sessão, em baixa de 0,47%, aos 133.122,67 pontos, agora no menor nível desde 13 de agosto. Ontem, oscilou entre a mínima do fechamento e a máxima de 134.758,76 pontos, saindo de abertura aos 133.747,64. Após o vencimento de opções sobre o Ibovespa no dia anterior, o giro financeiro recuou ontem para R\$ 22,1 bilhões, convergindo para patamar um pouco acima da média recente. Na semana, o Ibovespa cai 1,3% e, no mês, cede 2,12%. No ano, acumula perda de 0,79%.

Ontem, o ajuste se manteve

relativamente contido porque a ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON, subiu 1,2% - com o minério em alta na China na sessão -, em fechamento negativo para os grandes bancos, como Bradesco (ON -1,03%, PN -1,38%), e misto para Petrobras (ON -0,30%, PN +0,33%) apesar da alta acima de 1,5% para o petróleo Brent e WTI no dia seguinte à suavização dos juros americanos. Na ponta ganhadora nesta quinta, Marfrig (+4,32%), BRF (+4,20%) e Prio (+1,90%). No lado oposto, Brava (-9,40%), Assaí (-5,72%) e Hapvida (-4,08%).

DÓLAR

O real teve a segunda melhor performance entre as principais divisas emergentes e de países exportadores de commodities ontem, ficando atrás apenas da moeda australiana.

Em baixa desde a abertura, o dólar chegou a tocar mínima intradia de R\$ 5,3958 pela manhã. Ao amenizar o ritmo por parte da tarde, a moeda americana fechou em queda de 0,69%, a R\$ 5,4242.

PIX

BC comunica exposição de dados de 150 chaves

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Um total de 150 chaves Pix de clientes da SHPP Brasil Instituição de Pagamentos (Shopee) teve dados expostos, informou nesta quarta-feira o Banco Central (BC). Este foi o 14º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, a exposição ocorreu de 2 a 4 de setembro e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, CPF, instituição de relacionamento, agência, número e tipo da conta.

De acordo com o Banco Central, a exposição ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do "compromisso com a transparência".

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do *internet banking* da instituição.

O Banco Central ressaltou que estes serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu que os clientes desconsiderassem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas.

O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Em todos os 14 incidentes com chaves Pix registrados até agora, foram expostas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

Em maio de 2022, o aplicativo de compras da Shopee recebeu autorização do BC para operar como instituição de pagamentos no Brasil. A reportagem aguarda manifestação da empresa.

TRIBUTOS

Receita arrecada R\$ 201 bi em agosto volta a bater recorde

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

O crescimento da economia e as medidas de tributação para super-ricos voltaram a melhorar a arrecadação federal. Em agosto, as receitas do governo federal somaram R\$ 201,6 bilhões, alta de 11,95% acima da inflação sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo a Receita Federal, o valor é o maior para o mês desde o início da série histórica, em 1995.

De janeiro a agosto, a receita arrecadada R\$ 1,7 trilhão, alta de 9,47% acima da inflação na comparação com os oito primeiros meses do ano passado. O montante também é recorde para o período.

De acordo com a Receita Federal, a arrecadação recorde de 2024 deve-se principalmente aos seguintes fatores: crescimento real (acima da inflação) e 19,31% no Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Capital (IRRF-Capital); crescimento

real de 19,34% nas receitas do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); crescimento real de 17,99% no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e comportamento das variáveis macroeconômicas, que refletem o crescimento da economia.

Em relação ao IRRF-Capital, o crescimento da arrecadação resulta da tributação dos fundos exclusivos, aprovada no fim do ano passado, que antecipou a cobrança de imposto. A alta da arrecadação do PIS/Cofins reflete o crescimento das vendas. Isso porque os dois tributos incidem sobre o faturamento e são diretamente ligados ao consumo.

Segundo a Receita, o aumento na arrecadação de IRPF decorre da atualização de bens e direitos no exterior determinada pela nova Lei das Offshores (empresas de investimentos no exterior). No início do ano, os contribuintes tiveram de atuali-

zar os ativos e os investimentos em outros países.

Em relação às variáveis macroeconômicas, a alta da arrecadação é reflexo do crescimento da economia brasileira em 2024. No início do mês, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) cresceu 1,4% no segundo trimestre. Os números acima das expectativas fizeram a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda elevar para 3,2% a previsão de crescimento do PIB em 2024.

META FISCAL

Apesar da arrecadação recorde, o governo enfrenta desafios para cumprir a meta fiscal de 2024. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano estabelece que o Governo Central - Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central - deverá registrar déficit primário zero, com margem de tolerância de

R\$ 28,8 bilhões para mais ou para menos.

O resultado primário representa o saldo positivo ou negativo nas contas do governo sem os juros da dívida pública. Para chegar ao centro da meta de resultado primário zero, o governo precisa de R\$ 168 bilhões extras neste ano. Apesar do crescimento das receitas dos fundos exclusivos e das offshores, a equipe econômica enfrenta dificuldades em outras fontes de recursos que atrasaram, como os votos de desempate do governo nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

A nova estimativa de receitas para o Carf, órgão da Receita Federal que julga dívidas de grandes contribuintes, será divulgada hoje. Na ocasião, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento divulgarão o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

R\$ 15,4 BI

BB: carteira para energias renováveis sobe 16,6% em 1 ano

MATHEUS PIOVESANA/AE

O Banco do Brasil informou ontem, que a carteira de crédito para o financiamento de energias renováveis atingiu R\$ 15,4 bilhões no banco, crescimento de 16,6% em um ano. A meta do banco é dobrar o tamanho desse portfólio até 2030, chegando a R\$ 30 bilhões em saldo.

Em *project finance*, ou seja, o

financiamento direcionado a projetos específicos de infraestrutura, foram mais de R\$ 8 bilhões destinados a usinas eólicas e solares. Para produtores rurais, público que é alvo de uma linha específica, foram mais de R\$ 4,8 bilhões.

Para micro e pequenas empresas, o financiamento para energia renovável passou da marca de R\$ 1 bilhão neste ano, enquanto para

pessoas físicas, o BB financiou mais de 24 projetos residenciais de energia renovável, com valor total de R\$ 700 milhões.

O banco levou estes e outros números sobre seus negócios sustentáveis a um evento da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável no Brasil, realizado na sede da entidade, em Nova York. Como mostrou na quarta-feira o Grupo

Estado, parte da cúpula do BB acompanha a programação, e também buscará novas captações para projetos sustentáveis.

A carteira do BB de crédito com características sustentáveis era de R\$ 358,4 bilhões no final do segundo trimestre, crescimento de 11,5% em um ano. O banco tem o objetivo de elevar o volume de operações entre 9% e 13% neste ano em relação ao final de 2023.

BOLSA FAMÍLIA

Governo fará levantamento de quem tem direito a benefícios e não recebe

SOFIA AGUIAR E CAIO SPECHOTO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que o governo federal irá fazer um levantamento de quem tem direito aos benefícios da Previdência e do Bolsa Família e não está recebendo. O chefe do Executivo disse que quer acabar com a "invisibilidade" da população mais carente.

"Eu quero acabar com a invisibilidade do povo pobre, da mulher que é sofrida. Eu quero acabar com a invisibilidade do povo negro. Eu quero acabar com a invisibilidade", disse Lula durante

cerimônia de assinatura do Termo de Conciliação, Compromissos e Reconhecimentos Recíprocos, relativo ao Acordo de Alcântara, nesta quinta-feira, 19, na cidade de Alcântara (Maranhão).

"Nós vamos fazer um levantamento aqui para ver quem são as pessoas que têm direito a benefício previdenciário e não estão recebendo. Nós queremos saber quem é que tem direito ao Bolsa Família e não está recebendo", completou o presidente.

QUILOMBOLAS

No evento de ontem à tarde, Lula entregou 21 títulos de domí-

nio a comunidades quilombolas de todo Brasil e assinou 11 decretos de interesse social, passo fundamental para a titulação dos territórios. As entregas representam a garantia de direitos a 4,5 mil famílias, com a destinação de mais de 120 mil hectares para 19 comunidades de nove Estados, segundo o Palácio do Planalto.

Nas entregas de ontem, essas famílias também foram contempladas com as assinaturas da Portaria de Reconhecimento e do Decreto de Interesse Social, e outros instrumentos que ajudarão na agilidade para a titulação do território.

No discurso, o presidente disse que tenta resolver o problema de titulação das terras desde 2003, mas disse que não é fácil "enfrentar a burocracia do Estado quando ela é contra". "Vocês precisam saber que entre a gente tomar uma decisão de fazer as coisas e ela acontecer, passa pela mão de tanta gente que o presidente da República não conhece e, muitas vezes, quando penso que a obra já está inaugurada, ela nem começou", afirmou.

A transmissão do discurso do presidente no evento, porém, foi interrompida e não foi possível ver o todo a fala de Lula.

Nota

EMPREGOS E INVESTIMENTOS NAS FÁBRICAS DE PNEUS SEGUEM EM RISCO, DIZ ANIP

A Anip, entidade que representa a indústria de pneus, disse ontem, que empregos e investimentos no setor seguem em risco após a Câmara de Comércio Exterior (Camex) rejeitar o pedido de elevação, de 16% para 35%, do imposto de importação de pneus de caminhões e ônibus. Por outro lado, a Camex aprovou, na quarta-feira, o aumento de 16% para 25% na tarifa de importação dos pneus de carros de passeio, o que foi considerado pela entidade

como uma decisão "importante". A elevação da alíquota vale inicialmente por 12 meses, e foi pedida pela indústria para frear a entrada de concorrentes do exterior, que já abocanharam mais da metade do consumo de pneus no Brasil. Em posicionamento sobre a decisão da Camex, a Anip informa que vai acompanhar o mercado nos próximos meses para verificar se a medida surtirá, de fato, efeito nas importações. A indústria nacional aponta concorrência desleal de pneus asiáticos, sobretudo chineses. Conforme a Anip, esses produtos chegam a preços inferiores ao custo de produção no Brasil.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

ENERGIA

ONS recomenda que governo volte com o horário de verão

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou ontem a volta da adoção do horário de verão no país. No entanto, o governo federal ainda irá avaliar o cenário, antes de optar pela medida.

De acordo com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (foto), uma decisão deve ser tomada nos próximos dez dias. Se for adotada, a medida valeria ainda para 2024, não necessariamente em todo o verão.

As declarações do ministro foram dadas após a reunião da ONS em que foi aprovado um indicativo de que é prudente adotar o horário de verão. "Temos hoje uma política de planejamento do setor elétrico muito alicerçada na ciência e na busca do equilíbrio entre segurança energética e melhor tarifa para a população. E com base nisso, vamos analisar a situação", disse Silveira.

O encontro ocorreu no Rio de Janeiro, na sede do ONS, que é responsável por coordenar e controlar as operações de geração e transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Estiveram presentes técnicos do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

"Foram apresentados dados objetivos da crise hídrica que estamos atravessando no Brasil. O Cemaden vem medindo os índices pluviométricos nacionais nos últimos 74 anos, desde 1950. E temos hoje o menor índice de todo esse período", relatou o ministro.



ANTÔNIO CRUZI/ABRASIL

Alexandre Silveira disse que, apesar da indicação da ONS, não há risco energético em 2024 graças ao planejamento adotado. Por isso, a adoção do horário de verão ainda será melhor avaliada.

No entanto, o ministro destacou que é preciso pensar a longo prazo, com o olhar em 2025 e 2026. Ele afirmou que ainda não está convencido e que é necessário serenidade para avaliar alternativas e conversar com os setores interessados, antes de avançar na discussão.

"Se fosse um indicativo que apontasse diretamente para risco energético, nós não teríamos nenhuma dúvida na adoção do horário de verão. Obviamente, dando prazo necessário ao planejamento dos diversos setores da economia e da sociedade. Mas eu ainda não me convenci da necessidade da medida. Demonstrou-se que ela tem um grau de economicidade, demonstrou-se que ela aumenta nossa confiabilidade.

Mas, considerando a tranqui-

lidade de que não faltará energia no Brasil graças ao planejamento que nós implementamos, eu ainda creio que precisamos avaliar alternativas antes de adotar essa decisão. Porque ele mexe com a vida de todos os brasileiros".

Ele ressaltou, no entanto, que a opinião dos variados segmentos econômicos interessa exclusivamente para fins de planejamento. "Queremos dialogar não para nos ajudar a decidir. É para poder entender melhor qual seria o prazo de planejamento de setores estratégicos nacionais. A decisão deve ser baseada no planejamento e na ciência. O gestor tem que ter a coragem de tomar certas medidas, independente de agrada- ou desagradar algum setor".

Silveira apontou o horário de verão como uma medida que contribuiu para a sustentabilidade energética e citou o Canadá como exemplo de outro país que adota o mecanismo.

Instituído em 1931 no Brasil, o horário de verão funcionou continuamente de 1985 até 2019, quando o governo passa-

do decidiu revogá-lo, em abril de 2019, alegando pouca efetividade na economia energética.

"Foi uma imensa irresponsabilidade sem nenhuma base científica. Consequentemente, em 2021, nós estivemos à beira do colapso energético no Brasil. Custou ao povo brasileiro um empréstimo de mais de R\$ 5 bilhões para enfrentar a escassez híbrida. Naquela época, subi mais de 20% a conta de energia. Vivemos um período de negacionismo no Brasil em todos os sentidos", disse Silveira.

QUESTÕES TÉCNICAS

Mesmo em dúvida sobre a adoção da medida esse ano, o ministro destacou as questões técnicas que poderia ser enfrentadas com a implementação do horário de verão. "Hoje nós não temos problema de geração de energia mesmo com essa grave crise de hídrica. Mas temos um momento do dia, entre 18h e 21h, em que precisamos despachar quase que na totalidade o nosso parque térmico. Isso custa mais e estressa mais o sistema. Temos que considerar a economia para o consumidor. E também levar em conta que o setor elétrico sempre tem que contar com eventuais fatos intervenientes. Tem que manter uma folga".

Segundo Silveira, é preciso levar em conta não só as demandas de transmissão, mas também o ritmo de geração. "Alguns técnicos vão dizer que o horário de ponta não é mais entre 18h e 21h e sim entre 14h e 16h. Realmente, entre 14h e 16h, há maior exigência do ponto de vista da transmissão. Porém, nesse período, nós estamos no pico da geração das energias renováveis, como a energia solar".

IBGE

Valor de produção de produtos de origem animals cresce 4,5%

DANIELA AMORIM/AE

O valor de produção dos principais produtos de origem animal no País alcançou R\$ 112,3 bilhões em 2023, aumento de 4,5% em relação ao ano anterior. Os dados são da pesquisa Produção da Pecuária Municipal 2023, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O grupo inclui leite de vaca, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, casulos de bicho-da-seda e lã de ovelha.

O leite concentrou 71,5% do valor total de produção em 2023, R\$ 80,3 bilhões, seguido pelos ovos de galinha, com 27,1% de participação, somando R\$ 30,4 bilhões, e pelo mel, com fatia de 0,8%, R\$ 908,1 milhões.

O estado de Minas Gerais registrou o maior valor de produção, 21,9% do total nacional, o equivalente a R\$ 24,6 bilhões, sendo 87,5% desse montante oriundos da produção de leite. O Paraná alcançou um valor de produção de R\$ 14,3 bilhões, seguido pelo Rio Grande do Sul, com R\$ 11,3 bilhões.

Quanto ao ranking municipal, Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, tem o maior valor de produção deste grupo de produtos, R\$ 1,9 bilhão, sustentado pela produção de ovos de galinha. O segundo município do ranking é Bastos, em São Paulo, com R\$ 1,4 bilhão gerados, também impulsionado por ovos de galinha. O terceiro lugar ficou com Castro, no Paraná, com R\$ 1,3 bilhão, graças à sua produção leiteira.

AQUICULTURA

Além dos seis produtos mencionados, há ainda a produção da aquicultura. A produção de peixes mostrou um aumento de 5,8% em 2023, chegando a um recorde de 655,3 mil toneladas, o que resultou em um valor de produção de R\$ 6,7 bilhões, crescimento de 16,8% em relação a 2022.

A produção de camarão criado em cativeiro atingiu um ápice de 127,5 mil toneladas em 2023, crescimento de 13,0% ante 2022, com valor de produção de R\$ 2,6 bilhões, um aumento de 18,3%.

CONCESSÃO DE LICENÇA

Barralag Participações e Empreendimentos Ltda - CNPJ 38.164.868/0001-08 torna público que recebeu da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2022/11467, a Autorização Ambiental Municipal para Manejo de Fauna Silvestre com validade de 24 meses - 19/08/2026, para Monitoramento e Resgate de Fauna, Incluindo Apanha, Captura, Translocação e Transporte de Espécimes Animais na Área de Influência Direta e Indireta do Empreendimento, situado na Avenida Salvador Allende, 3505 - Barra da Tijuca/RJ.

VALE DOS DIAMANTES PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ: 17.517.208/0001-85

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

A Vale dos Diamantes Participações Ltda torna público que entregou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) ao Instituto Estadual do Ambiente - Inea e que os mesmos foram aceitos para fins de análise, em 05/09/2024. Tais estudos tratam da viabilidade ambiental da implantação de um loteamento misto, localizado no município de Rio das Ostras, como consta do processo de licenciamento E-07/002.11483/2015. Os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados na Biblioteca sede do INEA, na Av. Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20081-312, bem como poderá ser acessado pelo Portal Eletrônico do Instituto (<http://www.inea.rj.gov.br>).

Rio Casca Energética S.A.

CNPJ/MF nº 09.597.979/0001-00 - NIRE 33.300.332.545

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04/09/2024

1. Data, Hora e Local: 04/09/2024, às 10h00, na sede social da Rio Casca Energética S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º e 4º andares, salas 204 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ. **2. Convocação e Presença:** Assembleia realizada independentemente de convocação, tendo em vista o comparecimento dos detentores da totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Sr. Guilherme Braga Lacerda, Secretário. **4. Ordem do Dia:** 4.1. A ratificação dos seguintes termos e condições da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 21/08/2024, cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 29/08/2024, sob o nº 00006422365 ("AGE da Companhia"), a qual deliberou, entre outras questões, a aprovação da (a) realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 séries, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Companhia, no montante total de R\$ 440.000.000,00 na Data de Emissão (conforme definido na AGE da Companhia) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (conforme abaixo definido) e previstos na AGE da Companhia; (b) a celebração, pela Companhia, como parte e/ou interveniente anuente, dos documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 2 Séries, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático de Distribuição, da Rio Casca Energética S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Power IV Fundo de Investimento em Participações, CNPJ/MF nº 32.652.445/0001-42, (fiador), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91, (agente fiduciário da Emissão); (c) o item "iv" previsto no item 5.1. da ata da AGE da Companhia, para ajustar a "Destinação de Recursos", de modo a esclarecer que a Santo Afonso (conforme termo abaixo definido) também é titular de determinadas centrais geradoras fotovoltaicas do Projeto (conforme definido abaixo) SPEs (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "(v) Destinação dos Recursos: nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), a totalidade dos recursos captados pela Emissora por meio da Emissão será utilizada para o financiamento e/ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos de curto prazo relacionados à implementação do projeto composto pelas: (i) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 15, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração ("CEG") nº UFV.RS.MG.040871-9.01; (ii) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 16, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040872-7.01; (iii) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 17, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040873-5.01; (iv) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 18, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040874-3.01; (v) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 19, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040875-1.01; e (vi) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 20, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040876-0.01, respectivamente, de titularidade da Santo Afonso Energética S.A., CNPJ nº 23.678.947/0001-51 ("Santo Afonso") e das seguintes sociedades de propósito específico: (a) Janaúba XV Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.380.978/0001-36; (b) Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.026/0001-37; (c) Janaúba XVII Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.244/0001-71; (d) Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.404.973/0001-04; (e) Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.405.468/0001-76; e (f) da Janaúba XX Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.136/0001-07 ("Projeto"), considerados como projetos prioritários de investimento no setor de energia pelo Decreto 11.964, desde que tais gastos e despesas a serem reembolsados e/ou os financiamentos de curto prazo a serem amortizados tenham sido incorridos em até 24 meses antecedente à data de encerramento da Oferta, conforme ser detalhado na Escritura de Emissão"; (ii) a ratificação do item "(xx)" previsto no item 5.1. da AGE da Companhia, para ajustar as taxas máximas dos juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido na AGE da Companhia), a serem definidos durante o Procedimento de Bookbuilding (conforme termo definido na AGE da Companhia), o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "(xx) Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a ser definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitados à maior taxa entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15/05/2035, conforme as taxas indicativas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>), a ser apurada

no fechamento do Dia Útil do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (ii) 6,25% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, semestralmente, até a data do efetivo pagamento. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série obedecerá à fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão"; (iii) A ratificação dos itens "(xxii)" e "(xxiii)" previstos no item 5.1. da ata da AGE da Companhia, para excluir as previsões de que os respectivos pagamentos seriam realizados ao final do 6º mês contado da Data de Emissão (conforme termo definido na Escritura de Emissão), os quais passarão a vigorar com as seguintes redações: "(xxii) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total, ou resgate das Debêntures objeto de eventual Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, com exceção da incorporação a ser prevista na Escritura de Emissão, serão calculados semestralmente, sendo certo que: (i) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série será realizado em 15/02/2025; e (ii) os demais pagamentos serão realizados sucessivamente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série calculados no primeiro Período de Capitalização serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Incorporação de Juros (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão)"; e "(xxiii) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total ou resgate das Debêntures objeto de eventual Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, com exceção da incorporação a ser prevista na Escritura de Emissão, serão calculados semestralmente, sendo certo que: (i) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado em 15/02/2025; e (ii) os demais pagamentos serão realizados sucessivamente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série", a "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, quando referido em conjunto com a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Incorporação de Juros"; 4.2. A ratificação de todas as demais deliberações tomadas na AGE da Companhia, que não tenham sido expressamente ratificadas nesta assembleia; 4.3. A autorização à Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários à negociação dos termos e condições e efetivação da Oferta e da Emissão, bem como adotar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando, a celebração da Escritura de Emissão; e 4.4. A ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia relacionados às matérias acima. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** 5.1. Aprovar a ratificação da AGE da Companhia, para prever as alterações descritas no item 4.1 da Ordem do Dia acima descrita. Em virtude do aqui deliberado, os itens "(vi)", "(xx)", "(xxii)" e "(xxiii)" das "Deliberações" da AGE da Companhia passarão a vigorar com as seguintes redações: "(v) Destinação dos Recursos: nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), a totalidade dos recursos captados pela Emissora por meio da Emissão será utilizada para o financiamento e/ou reembolso de gastos e despesas e/ou a amortização de financiamentos de curto prazo relacionados à implementação do projeto composto pelas: (i) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 15, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração ("CEG") nº UFV.RS.MG.040871-9.01; (ii) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 16, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040872-7.01; (iii) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 17, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040873-5.01; (iv) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 18, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040874-3.01; (v) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 19, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040875-1.01; e (vi) Central Geradora Fotovoltaica - UFV Janaúba 20, cadastrada com o CEG nº UFV.RS.MG.040876-0.01, respectivamente, de titularidade da Santo Afonso Energética S.A., CNPJ nº 23.678.947/0001-51 ("Santo Afonso") e das seguintes sociedades de propósito específico: (a) Janaúba XV Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.380.978/0001-36; (b) Janaúba XVI Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.026/0001-37; (c) Janaúba

XVII Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.244/0001-71; (d) Janaúba XVIII Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.404.973/0001-04; (e) Janaúba XIX Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.405.468/0001-76; e (f) da Janaúba XX Geração Solar Energia S.A., CNPJ/MF nº 37.381.136/0001-07 ("Projeto"), considerados como projetos prioritários de investimento no setor de energia pelo Decreto 11.964, desde que tais gastos e despesas a serem reembolsados e/ou os financiamentos de curto prazo a serem amortizados tenham sido incorridos em até 24 meses antecedente à data de encerramento da Oferta, conforme ser detalhado na Escritura de Emissão"; "(xx) Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios a ser definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, e, em qualquer caso, limitados à maior taxa entre: (i) o percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 15/05/2035, conforme as taxas indicativas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>), a ser apurada no fechamento do Dia Útil do Procedimento de Bookbuilding, acrescida exponencialmente de 0,70% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (ii) 6,25% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, semestralmente, até a data do efetivo pagamento. O cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série obedecerá à fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão"; "(xxii) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total, ou resgate das Debêntures objeto de eventual Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, com exceção da incorporação a ser prevista na Escritura de Emissão, serão calculados semestralmente, sendo certo que: (i) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série será realizado em 15/02/2025; e (ii) os demais pagamentos serão realizados sucessivamente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série calculados no primeiro Período de Capitalização serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Incorporação de Juros (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão)"; e "(xxiii) Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total ou resgate das Debêntures objeto de eventual Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, com exceção da incorporação a ser prevista na Escritura de Emissão, serão calculados semestralmente, sendo certo que: (i) o primeiro pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado em 15/02/2025; e (ii) os demais pagamentos serão realizados sucessivamente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, a "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" e, quando referido em conjunto com a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série, a "Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série" serão integralmente capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Unitário Atualizado na Data de Incorporação de Juros"; 5.2. Aprovar a ratificação de todas as demais deliberações tomadas na AGE da Companhia, que não tenham sido expressamente ratificadas nesta assembleia. 5.3. Aprovar a autorização à Diretoria da Companhia, e/ou seus procuradores, a praticar todos os atos necessários à negociação dos termos e condições e efetivação da Oferta e da Emissão, bem como adotar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando, a celebração da Escritura de Emissão; e 5.4. Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, pelos representantes legais e/ou pelos procuradores da Companhia relacionados às matérias acima. 6. Encerramento: Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, aprovada e assinada pelos presentes. 7. Assinaturas: Acionistas presentes: Power IV Fundo de Investimento em Participações (atual denominação da Energia Sustentável Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) (por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda) e Duas Lagoas Energética S.A. Rio de Janeiro/RJ, 04/09/2024. Mesa: Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente; Guilherme Braga Lacerda - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 09/09/2024 sob o nº 00006439386 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2024/00742266-4 de 05/09/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



GUARULHOS

Criança de 5 anos é atingida por tiro dentro de casa em SP

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Uma criança de cinco anos foi baleada na cabeça quando duas pessoas em um carro dispararam contra um homem que estava em frente à casa da família na noite desta quarta-feira, em Guarulhos, na Grande São Paulo. O menino foi levado para o hospital e passou por uma cirurgia para a remoção da bala.

O homem foi atingido por dois tiros e também foi levado para o hospital. Os atiradores fugiram e estão sendo procurados pela polícia.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado, na noite de quarta policiais militares foram acionados para atender uma ocorrência na Rua São José da Laje, no bairro Cidade Parque Alvorada, em

Guarulhos. Os PMs apuraram que dois homens chegaram em um automóvel Hyundai HB20 e atiraram contra um homem de 51 anos que estava em frente a uma casa.

Um dos disparos atingiu uma criança de 5 anos que estava no interior do imóvel. A nota não informa se as vítimas têm parentesco.

Aos policiais militares, o homem disse que não conhecia os atiradores. O Corpo de Bombeiros socorreu as vítimas e as levou para o Hospital Geral de Guarulhos, onde ambas permaneceram internadas. O homem, com ferimentos à bala na perna e na axila, não corria risco de morte, segundo o hospital. Já a criança, com ferimento na cabeça, estava em estado grave, porém estável.

DATAFOLHA

Rejeição a Marçal cresce 17 pontos e chega a 47%

KARINA FERREIRA/AE

O candidato Pablo Marçal (PRTB), que aparece em terceiro lugar na nova pesquisa Datafolha divulgada ontem, sobre a intenção de voto para a Prefeitura de São Paulo, lidera no segmento "rejeição": 47% dos entrevistados afirmam que "não votariam de jeito nenhum no primeiro turno" no ex-coach.

Em comparação ao último levantamento, divulgado em 12 de setembro, a rejeição ao in-

fluenciador oscilou três pontos para cima, na margem de erro do levantamento. Desde o início de agosto, Marçal cresceu 17 pontos em rejeição do eleitor paulistano, quando marcava 30%. Na época, Guilherme Boulos (PSOL) era o mais rejeitado entre os candidatos, com 35% (agora tem 37%).

Só entre 5 e 12 de setembro, intervalo de uma semana, a rejeição a Marçal havia subido seis pontos, registrando a maior subida até agora.

Esta é a primeira pesquisa de

intenção de voto com o período de coleta integralmente posterior ao episódio da cadeirada de José Luiz Datena (PSDB) em Pablo Marçal, que ocorreu durante o debate da TV Cultura, no domingo passado. O tucano, ao nível de rejeição, também oscilou para cima, passando de 32% no levantamento da semana passada, aos atuais 35%.

Após Datena, aparecem o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB), com 21% de eleitores que o rejeitam; a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com

14%, e Marina Helena (Novo), com 11%, entre os principais candidatos na corrida eleitoral.

No cenário principal da pesquisa, Nunes aparece com 27% das intenções de voto, Boulos, com 26%, e Marçal, 19%. O Datafolha realizou 1.204 entrevistas presenciais em São Paulo (SP) com eleitores de 16 anos ou mais entre os dias 16 e 19 de setembro. O índice de confiança é de 95%, a margem de erro de três pontos percentuais e o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é o SP-03842/2024.

No vale-tudo pela reeleição, Ricardo Nunes se 'vende' ao bolsonarismo

BIANCA GOMES E ZECA FERREIRA/AE

A pouco mais de duas semanas da eleição, o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), passou a adotar um discurso mais alinhado ao bolsonarismo, especialmente no ambiente digital e em entrevistas a canais conservadores. O emedebista, que já rejeitou o rótulo de bolsonarista e até então se apresentava como um político de centro, agora abraça a cartilha do ex-presidente, posicionando-se contra o aborto, a ideologia de gênero e o passaporte da vacina.

A nova estratégia, por enquanto limitada ao ambiente digital, agradou os bolsonaristas, que há meses aguardavam mais acenos do prefeito às pautas ideológicas. No entanto, integrantes da campanha descartam a possibilidade de uma guinada de Nunes à direita, afirmando que esses gestos permanecerão confinados ao digital e são voltados a um público específico, especialmente evangélicos e conservadores. Segundo um aliado próximo a Nunes, a principal aposta da campanha continua sendo as realizações do governo.

Em entrevista ao youtuber Paulo Figueiredo Filho, que é investigado pela Polícia Federal por

tentativa de golpe de Estado, o emedebista defendeu a abertura do impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e relativizou os ataques de 8 de Janeiro às sedes dos Três Poderes, comparando a tentativa de golpe de Estado a manifestações de movimentos sociais de esquerda.

A defesa da abertura do processo de impeachment contra Moraes representa uma mudança de posição para o prefeito. Antes da manifestação de 7 de Setembro na Avenida Paulista, ele havia declarado em sabatina à Rádio Eldorado que não apoiava o afastamento do ministro. "Não vou defender o impeachment (de ministros do STF), disse o prefeito na ocasião, acrescentando que a passeata seria em defesa do Estado Democrático de Direito.

A conversa com Figueiredo Filho também trouxe à tona a mudança de postura do prefeito em relação à vacina. "Hoje, eu sou contra a obrigatoriedade da vacina", afirmou Nunes, ao ser questionado sobre a política do governo municipal e estadual durante a pandemia de Covid-19.

O emedebista admitiu que a pandemia trouxe enormes desafios, mas disse que, com a experiência adquirida nos últimos cinco anos, concluiu que a vacinação não deve ser obrigatória. A

nova posição do prefeito contraria as recomendações de infectologistas. O prefeito também recusou em relação ao passaporte da vacina. Em dezembro de 2021, Nunes afirmou à Rádio Bandeirantes que se orgulhava de defender o passaporte vacinal e ameaçou demitir funcionários sem imunização completa. Agora, ele diz que a política foi um erro e que não demitiu ninguém por não se vacinar. Nunes ainda criticou o lockdown adotado pelo então governador João Doria (na época filiado ao PSDB e hoje sem partido).

Bolsonaristas já aconselhavam o prefeito a revisar sua posição pública sobre o passaporte vacinal, um tema que gerava desconforto entre a militância e era constantemente explorado nas redes sociais para argumentar que Nunes não representava a direita.

O prefeito ainda passou a reiterate, tanto em entrevistas quanto em vídeos nas suas redes sociais, sua oposição à ideologia de gênero. Ao ser perguntado sobre o programa municipal "Saúde para Todos", voltado à população LGBTQB+, o emedebista disse que sua gestão busca atender a todos, mas negou responsabilidade pela publicidade com linguagem neutra. "Esse vídeo [com linguagem neutra] não foi feito na minha gestão, quando fiquei sabendo man-

dei tirar essa m...", afirmou ele a Figueiredo Filho. Vídeos publicados no Instagram do emedebista também reafirmam esse posicionamento, lembrando a atuação de Nunes em 2015, quando era vereador e trabalhou para retirar a ideologia de gênero do plano municipal de educação.

Essas mudanças foram reforçadas em sua recente entrevista ao canal "Te Atualizei", onde Nunes voltou a criticar o passaporte vacinal, classificando-o como "ação errada e equivocada". Além disso, ele elogiou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e acusou a esquerda de tentar se apropriar da pauta do cuidado com as pessoas.

"Essa pauta do cuidar das pessoas não é da esquerda, é nossa [da direita]. Quando a gente reduz impostos, gera emprego e renda, tem um Estado menor, não fica com um monte de cupincha mandando na teta do governo. Nós temos que nos apropriar dessa pauta de cuidar das pessoas. Os conservadores de direita precisam entender isso", afirmou o prefeito.

Na mesma entrevista, Nunes se referiu ao programa De Braços Abertos, implementado na gestão Fernando Haddad (PT), de "bolsa crack", apelido que ganhou força na campanha presidencial de 2018, quando Bolsonaro enfrentou Haddad.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações - CNPJM/F nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 12 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 08 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) A concessão de *waiver* pelo descumprimento da obrigação não pecuniária de celebrar aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"), conforme definido na cláusula 2.1.5 do mesmo instrumento, tendo em vista que houve a celebração de contrato de locação com a Mixer Atacado e Varejo de Gêneros Alimentícios Ltda. em 30/04/2024; (ii) Em caso de aprovação do item (i) acima, conceder prazo adicional até 08 de novembro de 2024 para que seja celebrado o referido aditamento; (iii) A concessão de *waiver* pelo cumprimento intempestivo de obrigação pecuniária referente ao pagamento das Notas Comerciais, devido no dia 15 de agosto de 2024, conforme Cronograma das Datas de Pagamento das Notas Comerciais, sendo pago em 19 de agosto de 2024, com a dispensa da cobrança prevista na cláusula 5.10.13 das Notas Comerciais, que prevê: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento; à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; (iv) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciarios@canal.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizacao.com.br, indicando no assunto "Dados necessários para AGT - CRI WTORRE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares do CRI, nas páginas da Securitização (<https://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 18 de setembro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJM/F nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 43ª SÉRIE ÚNICA DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com registro de Securitizadora 51 perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no CNPJ sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 43ª Emissão, vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado na edição do jornal Diário do Acionista em versão digital nos dias 10, 11 e 12 de setembro e, em versão impressa, nas mesmas datas, bem como no site da Emissora (www.canalsecuritizacao.com.br) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quartaquagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de outubro de 2024, às 15:00 (quinze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Conceder, ou não, um *waiver* para afastar a hipótese de configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) do Termo de Securitização, em decorrência da propositura de: (i) ação de usucapião, processada sob autos nº 5029659-21.2023.8.24.0033, ingressada por Roseli Aparecida dos Santos Alves e Abel Ferreira Alves, que alegam que exercem a posse mansa e pacífica de um imóvel urbano de 411,45m2, situado na rua Margarida Bernardina Nicolau, nº 226, bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, cujo imóvel confronta ao sul com terras de Embraer Empresa Brasileira de Edificações S.A - matrícula nº 12.076 e; (ii) ação de usucapião, processada sob autos nº 00023012-11.2010.8.24.0033 - ingressada por Osmar Francisco da Rocha (falecido) - substituído por Sueli Teresinha da Rocha -, a quem alega que exerce a posse mansa e pacífica de um terreno, com benfeitorias, 4 (quatro) edificações, sendo uma de alvenaria com 240,00m2 e 3 (três) de madeira com 318,10m2 de área total construída, localizada na rua Bruno França, s/n, no bairro Praia Brava, na cidade de Itajaí-SC, com área total de 256.503,00m2, confrontando na estreita sul medindo 1.200,00m com terras de Embraer Empresa Brasileira de Edificações S.A - matrícula nº 12.076. Ambas as ações tem por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob n. 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraer Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protests da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339.048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "adjudicia", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos das ações de usucapião, descritas no item (i) da Ordem do Dia, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Aprovar a alteração do mecanismo de Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep (conforme definido no Termo de Securitização), previsto na Cláusula 7.1.2 do Termo de Securitização, e, consequentemente, a alteração da Ordem de Prioridade de Pagamentos, conforme Cláusula 10.7 do Termo de Securitização, para excluir o subitem "1", considerando que não haverá liberação do saldo restante à Devedora. Caso aprovado, as modificações passarão a vigorar na forma descrita abaixo: "7.1.2. A realização da Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep contemplará o disposto a seguir, em todo caso observado a Razão Mínima de Garantia: 100% (cem por cento) dos recursos excedentes decorrentes dos Contratos Não Performados ou dos Contratos Não Performados deverão ser integralmente utilizados para amortização extraordinária do saldo do Valor Nominal Unitário, observada a Ordem de Prioridade de Pagamentos da Cláusula 10.7." "10.7. Ordem de Prioridade de Pagamentos: Os valores recebidos em razão do pagamento dos Créditos Imobiliários, incluindo qualquer recurso oriundo de amortizações extraordinárias, liquidação antecipada ou realização das Garantias, deverão ser aplicados de acordo com a seguinte ordem de prioridade de pagamentos, de forma que cada item somente será pago caso haja recursos disponíveis após o cumprimento do item anterior: (a) Despesas do Patrimônio Separado, sem exclusão da responsabilidade da Devedora pelo pagamento, com recursos do Patrimônio Separado, incluindo a Taxa de Administração da Emissora; (b) Recomposição do Fundo de Despesas, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (c) Recomposição do Fundo de Reserva, caso não tenham sido recompostos com recursos próprios da Devedora; (d) Encargos Moratórios eventualmente incorridos; (e) Remuneração dos CRI; (f) Amortização dos CRI, de acordo com a tabela de amortização dos CRI constante do Anexo II a este Termo de Securitização; e (g) Amortização Extraordinária Obrigatória Parcial por Cash Sweep;" (iv) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a oferta e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciarios@canalsecuritizacao.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares do CRI o perfilamento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizacao.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 20 de setembro de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

DIA DO RIO

Estudo mostra que mancha de poluição no Tietê aumentou 29%

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

Às vésperas do Dia do Rio Tietê, celebrado no próximo domingo, programa de monitoramento da Fundação SOS Mata Atlântica revelou que houve uma piora na poluição do rio em 2024. De acordo com o programa Observando os Rios, a água está imprópria para uso em 207 dos 576 quilômetros (km) analisados. Isso representou um crescimento de 29% em relação ao ano anterior, quando a mancha de água imprópria para usos cobria 160 quilômetros. Dos 207 km de mancha, 131 km estavam com qualidade ruim e 76 km, péssima.

Este é o quarto ano seguido em que a área poluída cresce. "A mancha é um termo que demos como sendo essa porção do rio que está sem oxigênio, que está concentrando altos poluentes que as bactérias aeróbicas deixam de trabalhar e, as anaeróbicas, entram em funcionamento, fazendo com que o rio tenha aspecto escuro, mau cheiro e baixa diversidade biológica, sem peixes, aves ou moluscos", explica Cesar Pegoraro, educador e mobilizador da Causa Água Limpa. "O rio está sempre nos mostrando o que a sociedade está fazendo com ele. Nesse sentido, a

mancha está mostrando para a gente que tem políticas públicas que precisam ganhar força. Cidades e cidadãs precisam se engajar mais com a questão do saneamento básico, cuidar mais da rua e da poluição difusa".

Segundo Gustavo Veronesi, coordenador da Causa Água Limpa da SOS Mata Atlântica, uma das explicações para o aumento da mancha de poluição no Tietê são as emergências climáticas. "O principal fator desse aumento da mancha de poluição se deve às emergências climáticas. Na região metropolitana tem chovido bem menos então o esgoto, que ainda cai no rio, tem menos água para diluir, devido a esse processo de seca", explicou à Agência Brasil.

Além dos fatores climáticos, o especialista aponta a falta de saneamento básico como outra causa do aumento da área poluída. "Muita gente ainda não tem o acesso básico ao serviço de tratamento e coleta de esgoto. Então, muito esgoto ainda cai no rio", alerta Veronesi.

HISTÓRICO

Maior rio do estado de São Paulo, com 1.136 quilômetros de nascente à foz, o Tietê corta o estado de leste a oeste, banhando

62 municípios paulistas. Entre esses municípios, a capital São Paulo.

A data em celebração ao rio surgiu em 1992, durante a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Durante o evento, um abaixo-assinado com mais de 1,2 milhão de assinaturas foi entregue ao então governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, exigindo a despoluição do rio.

A partir daí, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) iniciou o Projeto Tietê para despoluição do rio e, a SOS Mata Atlântica criou um programa de monitoramento da qualidade de água, chamado Observando o Tietê, que se transformou no Observando os Rios.

"Ter uma data em celebração ao rio é uma forma de resistência", destacou Cesar Pegoraro, "Essa é uma forma de mostrar que esse rio está vivo, que esse rio é uma água necessária e útil para a vida da nossa cidade e que ele é um espaço de lazer, de contemplação e de esportes", acrescentou.

Desde quando passou a ser monitorada, essa extensão da mancha de poluição teve variações, alternando momentos de redução e de aumento. Desde 2021, no entanto, ela cresceu

143,5%, passando de 85 para 207 quilômetros. "A mancha de poluição é uma forma didática que a SOS Mata Atlântica encontrou para mostrar para a sociedade como está a evolução do projeto de despoluição do Tietê. Essa mancha vinha numa decrescente contínua até a época da crise hídrica, em 2014, quando, por reordenamento dos investimentos para captação de água para a população, o tratamento do esgoto ficou por segundo plano. Isso estava se recuperando mas, com a pandemia, voltou a crescer", explicou Veronesi.

Quando essa mancha de poluição cresce, isso significa que o rio não tem possibilidade de uso para lazer, turismo, pesca ou para irrigação.

"Para mudar essa situação, a gente precisa da continuidade do projeto de despoluição do Tietê, uma celeridade nas obras de coleta e tratamento de esgoto, mas também usar soluções baseadas na natureza.

Em lugares mais distantes, em comunidades isoladas ou rurais, é muito possível se pensar em soluções baseadas na natureza que podem ser um biodigestor, um ciclo de bananeiras, uma ilha ou um jardim filtrante", exemplificou o coordenador.

OPERAÇÕES

TSE define regras para atuação da PRF nas eleições

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) definiram ontem as regras para operações de patrulhamento da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante as eleições municipais.

De acordo com uma portaria conjunta assinada pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a PRF não poderá dificultar a circulação dos eleitores nos dias 6 e 27 de outubro, datas do primeiro e segundo turnos.

Pelas regras, estarão proibidas as operações que tiverem como único intuito o bloqueio do trânsito de veículos para veri-

ficação da situação veicular.

A abordagem dos motoristas infratores e de veículos poderá ser realizada pelos agentes, mas em situações de flagrante desrespeito às regras de trânsito e para conter condutas que coloquem em risco à vida dos demais motoristas.

A portaria também prevê que a PRF deverá comunicar previamente aos tribunais regionais eleitorais (TREs) a realização de operações que não se enquadram nas hipóteses de flagrante.

Nesses casos, a corporação deverá informar a justificativa e o local da blitz, estabelecendo rotas alternativas para garantir a livre locomoção dos motoristas que não estejam em situação regular.

Durante a cerimônia de assinatura da portaria, a ministra

Cármen Lúcia disse que as providências foram adotadas após "experiências contrárias à democracia".

"Essa é uma portaria conjunta que tem o objetivo de não permitir que o Estado atrapalhe o que é um direito fundamental de todo mundo, que é o direito de livremente se locomover para chegar aos locais de votação e exercer o direito de voto. Experiências contrárias à democracia nos levam a ter que adotar esse tipo de providência", afirmou.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, disse que as forças de segurança do governo vão assegurar o trânsito livre dos eleitores pelas rodovias do país.

"Não queremos e não veremos a repetição dos vergonho-

sos atos que ocorreram no passado recente em que os eleitores foram impedidos, por força do próprio Estado, de se locomoverem livremente até o local das eleições", garantiu.

Nas eleições de 2022, a PRF realizou operações pelas rodovias do Nordeste para barrar o trânsito de eleitores que se deslocavam para votar. A região é conhecida por registrar grande número de votos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O caso faz parte de um inquérito que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) e apura a participação do ex-diretor da PRF Silvinei Vasques nas ilegalidades. Ele fez parte do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e comandou a corporação durante as eleições de 2022.

REUNIÃO

Queimadas: Marina diz que produtores têm 'prejuízo enorme'

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



A ministra do Meio Ambiente e da Mudança Climática, Marina Silva (foto), afirmou ontem, que os produtores rurais brasileiros estão tendo um "prejuízo enorme" com as queimadas que se espalham pelo País. A declaração foi dada em reunião no Palácio do Planalto com governadores e outros ministros sobre o combate aos incêndios.

"Os proprietários estão tendo um prejuízo enorme. Esse é um período em que a garapa da cana de açúcar, como a gente chama, está altamente densa, a temperatura faz com que essa garapa fique caramelizada e constitua prejuízo para o produtor", declarou a ministra.

Marina ressaltou que o estado de São Paulo é o que mais tem estrutura para combater incêndios, mas, mesmo assim, precisou pedir ajuda ao governo federal. "Na conversa que tive com o governador Tarcsio (de Freitas), ele me dizia: a sensação que tenho é como se estivéssemos colocando uma gota d'água", contou.

A ministra defendeu o aumento da pena para quem provoca incêndios, assunto que está em debate entre o Palácio do Planalto e o Congresso.

"Se alguém chegar e colocar fogo dentro da nossa casa, isso tem um nome, é crime hediondo. Agora, alguém toca fogo no seu canavial, na sua fazenda e tem uma pena de dois a seis anos no máximo. É um debate profícuo", disse Marina.

Durante a reunião, da qual também participaram os ministros Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Marina apresentou dados sobre as queimadas no País, mas disse que os números ainda serão atualizados.

Neste ano, até 15 de setembro, houve 690 incêndios em todo o território nacional, segundo a ministra. Desse total, afirmou, 298 foram extintos, cerca de 179 estão controlados, 108 estão sendo combatidos e 106 não contam com nenhuma forma de combate, devido a situações de difícil acesso.

"Temos 58% do nosso território em situação de seca e cerca de um terço do nosso território em situação de seca severa. A proibição que foi feita pelos governadores dos Estados do uso do fogo é fundamental. Nesse momento, todo e qualquer uso do fogo se constitui numa ação criminoso, já que está proibido em todo o território nacional. O prejuízo para o meio ambiente, para a saúde, patrimônio público e privado é imensurável", declarou Marina.

Padilha, por sua vez, agradeceu o esforço feito pelos governadores para combater os incêndios e exaltou a união entre os governos estaduais e federal. "Toda vez que a gente agiu de forma conjunta, integrada, lá no Estado, o impacto foi ainda mais positivo, mais efetivo", disse o ministro da SRI.

CÂMARA

Governo tenta acelerar proposta para ampliar pena em queimadas

IANDER PORCELLA, SOFIA AGUIAR E VICTOR OHANA/AE

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), tenta acelerar um projeto de lei que é a aposta do Planalto para aumento de pena a quem provoca queimadas. O petista apresentou nesta semana requerimento de urgência para a proposta, que é de autoria do senador Davi Alcolumbre (União-AP), já foi aprovada no Senado e aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

O projeto de Alcolumbre, que agora é apoiado pelo governo

Lula, previa originalmente apenas o aumento de pena para quem extrair recursos minerais sem autorização. Ao chegar à Câmara, contudo, o texto foi apenas a propostas que tratam de outros crimes ambientais, como as queimadas. Se o requerimento de urgência for aprovado, o projeto poderá pular a CCJ, presidida pela bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), e ser votado diretamente no plenário.

Nesta semana, o governo federal fez reuniões para debater os projetos que tramitam no Congresso que tratam sobre o endurecimento da pena para

crimes ambientais. Até o momento, o Planalto viu o projeto de Alcolumbre como o mais avançado e mais provável de ser aprovado.

A previsão é que o governo aposte nesse projeto para mudar a legislação dos crimes ambientais. O cálculo é que a matéria pode ser aprovada ainda neste semestre.

A legislação prevê atualmente detenção de 2 a 4 anos para quem provoca incêndio doloso (quando há intenção de cometer o ato) em floresta ou em outras formas de vegetação no País. As propostas que foram

apensadas na CCJ da Câmara ao projeto de Alcolumbre preveem diversas formas de elevar essa pena. Algumas estabelecem de 4 a 8 anos de cadeia, outras de 6 a 8 anos. Em alguns dos textos, a penalidade chega a 10 anos.

Pela lei atual, quem provoca incêndios de forma culposa, ou seja, sem intenção, tem pena reduzida à metade. Um dos projetos que tramitam junto com a proposta de Alcolumbre também torna hediondos os crimes ambientais que afetem "gravemente" ecossistemas e coloquem em risco a vida e saúde das pessoas.

PARÁ

Helder Barbalho faz pouso de emergência por causa de fumaça

VINÍCIUS NOVAIS/AE

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), teve que fazer um pouso de emergência na noite de quarta-feira passada, por causa da fumaça das queimadas no estado. O voo de Barbalho saiu de Irituia, a leste da capital, Belém, em direção a São Caetano de Odivelas, mas precisou aterrissar em Santa

Maria do Pará.

Nas suas redes sociais, o governador falou sobre o ocorrido e pediu desculpas aos moradores de Odivelas por não participar da inauguração da nova orla da cidade.

Em 31 de agosto, Barbalho teve que fazer outro pouso de emergência. Na ocasião, o avião ia de Cameté para Tucuruí e fez um pouso forçado ao

chegar à segunda cidade. O filho do governador também estava a bordo. Nesse caso, o motivo do pouso foi descrito apenas como acidente; em ambos os episódios, ninguém se feriu.

Na última terça-feira, Barbalho decretou situação de emergência no Pará em razão da estiagem e dos incêndios. São quase 1,5 mil focos de in-

cêndio em áreas florestais no Estado.

Belém sediará a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) em novembro de 2025. O evento discutirá as mudanças climáticas e caminhos para solucioná-las, ou ao menos mitigar seus efeitos. O governo federal espera que mais de 40 mil pessoas participem da conferência.

DOENÇA

Fiocruz mantém alerta para alta de casos graves de Covid-19

O novo Boletim InfoGripe desta semana destaca que os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid-19 crescem e se ampliam no país. A atualização mostra aumento dos casos de SRAG associado à Covid-19 no Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Os estados de Minas Gerais e Paraná também apresentam leve aumento de casos SRAG em idosos, provavelmente associado à covid-19. Os dados foram divulgados pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) ontem.

A manutenção do aumento dos casos de SRAG em crianças e adolescentes de até 14 anos de idade em muitos estados do região Centro-Sul e em alguns es-

tados do Norte-Nordeste está associada ao rinovírus. No entanto, já é possível observar sinais de desaceleração no crescimento de SRAG pela doença em alguns desses estados e até mesmo a queda das hospitalizações por rinovírus em outras regiões do país.

Entre crianças e adolescentes de 2 a 14 anos de idade, os vírus sincicial respiratório (VSR) e o rinovírus continuam sendo as principais causas de internações e óbitos. A mortalidade da SRAG permanece mais elevada entre os idosos, com predomínio de covid-19, seguido pela influenza A.

No agregado nacional, há sinal de aumento de SRAG na tendência de longo prazo (últimas seis semanas) e de curto prazo

(últimas três semanas). Esse aumento se deve a um crescimento das SRAG por rinovírus e covid-19 em muitos estados.

A análise aponta que 14 unidades federativas apresentam indícios de crescimento de SRAG na tendência de longo prazo: Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Pesquisadora do Programa de Computação Científica da Fiocruz e do Boletim InfoGripe, Tatiana Portella ressaltou que o crescimento dos casos graves por rinovírus já começam a dar sinais de desaceleração em alguns estados ou até de queda

em algumas regiões. Em relação aos vírus da influenza A, informa Tatiana, os casos graves do vírus continuam em baixa na maior parte do país.

No entanto, segundo a pesquisadora, o estudo observou aumento de casos graves por influenza A no Rio Grande do Sul. "Por isso, é importante que todas as pessoas do grupo de risco do Rio Grande do Sul que ainda não tomaram a vacina contra o vírus da influenza A procurem um posto de saúde para se vacinarem contra o vírus. Além disso, diante do cenário de aumento de casos graves de covid-19 em muitos estados do país, é muito importante que todas as pessoas do grupo de risco também estejam em dia com a vacina".

Dino determina que estados da Amazônia expliquem focos de queimadas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que seis estados da Amazônia expliquem as razões para concentração de 85% dos focos de queimadas em apenas 20 municípios da região. A manifestação deverá ser enviada no prazo de 30 dias.

A decisão do ministro foi tomada após a realização da segunda audiência de conciliação entre representantes dos estados, do governo federal e o Judiciário no processo que trata de medidas de enfrentamento às queimadas na Amazônia e no Pantanal.

Os estados deverão enviar ao ministro um diagnóstico sobre os municípios envolvidos. O número de focos de calor foi apurado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) durante a primeira audiência, realizada na semana passada.

Conforme os dados, as queimadas estão concentradas no municípios de Apuí (AM), Lábrea (AM), Novo Aripuanã (AM), Manicoré (AM), Humaitá (AM), Boca do Acre

(AM), São Félix do Xingu (PA), Novo Progresso (PA), Altamira (PA), Itaituba (PA), Jacareacanga (PA), Ourilândia do Norte (PA), Porto Velho (RO), Candeias do Jamari (RO), Nova Mamoré (RO), Colniza (MT), Nova Maringá (MT), Aripuanã (MT), Feijó (AC), Caracará (RR), além da Ilha do Bananal (TO).

Flávio Dino também determinou que os estados e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) devem realizar a fiscalização conjunta dos focos de incêndios e enviar à Corte um relatório de atividades também no prazo de 30 dias.

O ministro também determinou na decisão outras medidas, como apresentação de informações sobre multas aplicadas nos últimos 20 dias e a manifestação da AGU sobre a acusação feita pelo governo do Amazonas de que 70% dos focos de incêndio no estado ocorrem em áreas federais.

No domingo passado, em outra decisão tomada no processo, Dino autorizou a União a emitir créditos extraordinários fora dos limites fiscais para o combate às queimadas em todo o país.

PESQUISA

Datafolha: Paes tem 59%, Ramagem, 17%, e Tarcísio Motta, 7%

RAYANDERSON GUERRA/AE

A menos de um mês da eleição, o prefeito Eduardo Paes (PSD) tem 59% das intenções de voto na disputa pela prefeitura do Rio de Janeiro, segundo pesquisa Datafolha divulgada ontem. O deputado federal Alexandre Ramagem (PL) aparece com 17%, e o também deputado federal Tarcísio Motta (PSOL), com 7%.

O deputado federal Marcelo Queiroz (PP) tem 2% das intenções de voto. Em seguida, aparecem o deputado estadual Rodrigo Amorim (União), Cyro Garcia (PSTU), Juliete Pantoja (UP) e Carol Sponza (Novo), com 1% cada. Henrique Simonard (PCO) foi citado, mas não alcançou 1%. Outros 8% disseram votar branco ou nulo, e 4% não souberam responder.

No primeiro levantamento de intenção de voto publicado

pelo instituto após o início do horário eleitoral, que começou a ser veiculado no rádio e na televisão em 30 de agosto, Paes tinha tem 59% das intenções de voto, seguido por Ramagem com 11% e Tarcísio Motta, com 6%.

O Datafolha ouviu 1.106 eleitores do Rio de Janeiro entre os dias 17 e 19 de setembro. A margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número RJ-01318/2024.

De acordo com o Datafolha, Paes tem 44% das menções espontâneas - quando o entrevistado não recebe uma lista com os nomes dos candidatos -, enquanto Ramagem tem 11% e Tarcísio, 3%. Outras respostas somam 4%, branco e nulo são 7% das respostas. Neste cenário, 30% ainda estão indecisos sobre em quem votar.

PROTESTO

Uerj tenta retirar estudantes após fim de prazo para desocupação

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) seguem ocupando edifícios da instituição mesmo após o fim do prazo de desocupação dado pela Justiça, que terminou às 13h de ontem. Diante da resistência, a Uerj tentou retirar os estudantes. Conforme nota da reitoria, seguranças patrimoniais "agiram para garantir e tentar realizar a desocupação dos espaços e proteção do patrimônio". Segundo relatos dos estudantes e da reitoria, a ação "foi extremamente violenta". A reitoria diz que teve relatos de que os estudantes estavam portando pedaços de madeira, canos e armas brancas. Os estudantes negam a informação.

"Para garantir a segurança dos agentes patrimoniais, a Universidade decidiu recuar e comunicar à justiça sobre esses atos", disse a reitoria em nota. Os estudantes divulgaram fotos de arranhões e disseram que havia homens desconhecidos e sem identificação entre os seguranças.

Os estudantes protestam contra as mudanças nos critérios para concessão de bolsas e auxílios feitas pela reitoria no início do semestre. A ocupação dura mais de 50 dias, desde 26 de julho. O grupo segue ocupando a reitoria e o Pavilhão João Lyra Filho, principal prédio do campus Maracanã. As aulas na universidade foram suspensas.

Na manhã de ontem, os estudantes realizaram um ato em frente à universidade, com faixas e cartazes pedindo que a reitoria recue nas mudanças e que os benefícios estudantis continuem sendo pagos integralmente. As novas regras, segundo a própria Uerj, excluem mais de 1 mil estudantes, que deixam de se enquadrar nas exigências para recebimento de bolsas.

"Não é uma invasão, é uma ocupação por membros da comunidade acadêmica, por estudantes pobres, periféricos, que não estão reivindicando nada absurdo", diz o estudante de engenharia João Dalvi. Ele é um dos estudantes que perderá benefícios.

"Eu sou um desses, eu moro na favela, tenho um filho pequeno, dependo disso para poder permanecer na UERJ", diz João Dalvi. O estudante de pedagogia Pablo Fontes, um

dos apontados como réus no pedido de reintegração de posse feito pela reitoria à Justiça, defende que o valor dos auxílios pagos aos estudantes é irrisório diante do orçamento da universidade. Ele lembra do papel importante da Uerj, como uma das pioneiras em garantir o ingresso e a permanência de estudantes historicamente excluídos do ensino superior.

"O que foi feito dentro da Uerj foi uma inversão de prioridade (até então), de fato colocar o estudante pobre no orçamento. E é pela manutenção disso que a gente está lutando aqui", ressalta. Diante da manutenção da ocupação, a universidade divulgou uma nota na qual diz que irá notificar a Justiça do descumprimento da notificação, "considerando que o não cumprimento de notificação judicial é crime. A comunicação será feita ao Tribunal, a quem caberá tomar qualquer medida".

REINTEGRAÇÃO

Depois de mais de um mês de ocupação, no último dia 12, a Uerj entrou com pedido de reintegração de posse no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A universidade também entrou com pedido de liminar para que a reintegração seja feita sem a entrada da Polícia Militar. Na terça-feira passada, foi realizada uma audiência de conciliação no TJRJ, da qual participaram representantes da reitoria da Uerj e estudantes que participam do movimento de ocupação.

Após a audiência, sem acordo, a juíza Luciana Losada Albuquerque Lopes concedeu a liminar pedida pela universidade e determinou a desocupação dos espaços e a desobstrução de todos os acessos no prazo de 24h contados a partir da notificação.

A juíza, no entanto, afirma na decisão, que deve ser preservado o direito à reivindicação. "Deve ser preservado o direito de reivindicação, devendo, contudo, os alunos, exercer tal direito nos halls existentes nos andares do prédio no período compreendido entre 22h e 6h da manhã, sem qualquer obstáculo ao regular funcionamento da universidade. Os demais espaços que os alunos pretendam ocupar devem ser submetidos à prévia aprovação da reitoria."

FLORESTAS

Portugal declara estado de calamidade por incêndios

Mais de 100 incêndios florestais sobrecarregaram milhares de bombeiros no norte de Portugal na quarta-feira passada, com sete mortes desde que o pior surto de incêndios em anos saiu de controle no final de semana.

O primeiro-ministro português, Luís Montenegro, declarou estado de calamidade nas áreas mais atingidas na noite de terça-feira, invocando poderes para mobilizar mais bombeiros e servidores civis. Ele também pediu que os investigadores da polícia intensificassem os esforços para encontrar os responsáveis por iniciar os incêndios e prometeu ajudar aqueles que perderam suas casas ou foram evacuados.

"Estamos bem cientes de que essas horas difíceis ainda não terminaram", disse Montenegro à nação em um discurso televisado. "Temos que continuar a dar tudo o que temos e pedir ajuda aos nossos parceiros e amigos para reforçarmos a proteção do nosso povo e das nossas propriedades."

O serviço de satélites europeu Copernicus disse que mais

de 15 mil hectares foram queimados e 13 quilômetros de frente de fogo foram detectados até a noite de terça-feira. O serviço acrescentou que uma área com cerca de 210 mil pessoas estava exposta ao risco de incêndio.

As condições quentes e secas que provocaram os incêndios em Portugal coincidiram com enchentes na Europa Central. A União Europeia disse na quarta-feira que os fenômenos climáticos extremos justapostos são prova de um "colapso climático".

AJUDA

A Espanha enviou 240 soldados e veículos de seus batalhões de resposta emergencial, especializados em combate a incêndios, para ajudar seu vizinho. Quatro aviões de combate a incêndios da França, dois da Espanha e dois da Itália foram mobilizados após atender a um pedido de ajuda de Portugal.

Marrocos também respondeu ao pedido com dois aviões de combate a incêndios que chegaram na quarta-feira. "A densa fumaça produzida pela maioria desses incêndios está dificultando muito a operação

das unidades aéreas", disse o oficial da Proteção Civil, André Fernandes. "Ainda estamos em alto risco de incêndios florestais nas próximas 48 horas."

Fumaça cinza espessa e o cheiro de madeira queimada alcançaram cerca de 85 quilômetros além da fronteira, no noroeste da Espanha. Montenegro fez um apelo especial para que as forças de segurança persigam tanto incendiários quanto indivíduos que iniciaram incêndios por negligência.

PRISÕES

A polícia nacional portuguesa informou que prendeu sete homens suspeitos de iniciar incêndios nos últimos dias. As autoridades proibiram o uso de equipamentos agrícolas pesados para reduzir o risco de iniciar um incêndio acidentalmente. Entre as áreas mais afetadas está o distrito de Aveiro, ao sul da cidade de Porto, mas vários grandes incêndios também estavam fora de controle em outras áreas florestais.

As autoridades ainda não divulgaram números sobre os danos materiais ou o número de

deslocados, mas a emissora estatal portuguesa RTP mostrou casas queimadas em vilarejos rurais e moradores locais tentando combater as chamas com baldes de água, mangueiras e até galhos de árvores grandes. Outras imagens televisionadas mostraram a visibilidade reduzida a poucos metros enquanto fumaça laranja envolvia o terreno.

Três bombeiros morreram na terça-feira em seu veículo, enquanto outro sucumbiu a uma "doença súbita" enquanto estava de serviço no fim de semana.

Três civis também morreram, segundo autoridades de proteção civil. Serviços de saúde atenderam 10 pessoas gravemente feridas e outras 49 com ferimentos leves, disse Fernandes.

Portugal foi devastado em 2017 por grandes incêndios que mataram mais de 120 pessoas. Especialistas ligam os incêndios tanto às mudanças climáticas quanto ao abandono de profissões tradicionais de agricultura e silvicultura que ajudavam a manter as áreas rurais livres de vegetação rasteira, que agora serve de combustível para os incêndios.

ELEIÇÕES NOS EUA

Kamala Harris lidera em três Estados-pêndulos após debate

MATHEUS PRADO/AE

Uma semana após o debate entre os dois candidatos à presidência dos Estados Unidos, a democrata Kamala Harris lidera as intenções de voto contra o republicano Donald Trump em três Estados-pêndulos, os "swing states" - Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, mostra pes-

quisa conduzida pela Quinnipiac University, de Connecticut.

Na Pensilvânia, Harris aparecia com 51% das intenções de votos, contra 45% de Trump. E em Michigan, a liderança da democrata era de 50% contra 45% para o republicano. Já em Wisconsin, a disputa parecia ainda mais apertada, com Harris lideran-

do por 48% contra 47% de Trump. Os candidatos democratas ao Senado lideram nos três estados.

Perguntados sobre qual eventual presidente desempenharia um papel melhor em temas atualmente sensíveis, os eleitores dos três estados afirmaram que Trump lidaria melhor com questões de economia e

imigração, enquanto Harris se destacaria nos temas de preservação da democracia americana, aborto e em "uma possível crise que colocasse os EUA em grande perigo".

A pesquisa feita por telefone, entre 12 e 16 de setembro, ouviu 1.331 prováveis eleitores na Pensilvânia, 905 em Michigan e 1.075 em Wisconsin.

GUERRA NO ORIENTE

Israel lança ataques aéreos contra alvos do Hezbollah no Líbano

Israel lançou uma onda de ataques aéreos contra alvos do Hezbollah no Líbano ontem, enquanto o líder do grupo militante disse que dois dias de ataques contra seus membros equivaliam a uma declaração de guerra.

Os ataques ocorreram momentos antes do líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, começar a falar sobre os ataques no início

desta semana que fizeram com que pagers e walkie-talkies carregados por milhares de membros do grupo explodissem, matando 37 pessoas e ferindo quase 3 mil.

"Este ato criminoso é uma grande operação terrorista e equívoca a uma declaração de guerra", disse Nasrallah, prometendo retribuição, mas também reconhecendo que as explosões dos dis-

positivos deram ao grupo "um golpe duro e severo".

Enquanto ele falava, um par de estrondos síncicos ecoou por Beirute, que a agência de notícias oficial do Líbano atribuiu a aviões de guerra israelenses. Nasrallah reiterou ontem que o grupo não pararia de atacar Israel até que a guerra em Gaza terminasse.

As tensões na fronteira israelense-libanesa aumentaram, com trocas de tiros mais pesadas e operações israelenses mais agressivas. O governo de Israel está sob pressão para proteger suas cidades do norte e permitir que os moradores evacuados retornem para suas casas. Dezenas de milhares de moradores foram transferidos de ambos os lados da fronteira devido aos combates.

Chefe do Hezbollah diz que Israel cruzou 'linha vermelha' com ataque em pagers

O líder do grupo xiita Hezbollah, Hassan Nasrallah, disse que o ataque de Israel aos pagers do grupo foi um "golpe severo" que cruzou uma "linha vermelha" e prometeu uma retaliação contra

o país. Em discurso televisado ontem, o chefe do grupo disse que continuará a fazer os ataques diários no norte de Israel e que os israelenses não serão capazes de retornar para as suas casas "até

que a guerra de Gaza termine".

"O inimigo enfrentará uma punição severa e justa de onde eles esperam e não esperam", pontuou. Enquanto Nasrallah discursava, o Hezbollah e os mi-

litares israelenses trocavam ataques na fronteira e ao menos dois soldados de Israel foram mortos. Aviões de guerra israelenses também voaram baixo sobre Beirute.

Nota

MULHER É SALVA APÓS FICAR DUAS HORAS ENROLADA POR COBRA DE 4 METROS NA TAILÂNDIA

Uma mulher de 64 anos estava se preparando para lavar a louça em sua casa nos arredores de Bangkok, na Tailândia, quando sentiu uma dor aguda na coxa, olhou para baixo e viu uma enorme piton a segurando. "Eu estava prestes a pegar um pouco de água e, quando me sentei, ela me mordeu imediatamente", disse Arom Arunroj ao jornal tailandês *Thairath*. "Quando olhei, vi a cobra se enrolando em mim." A piton, de quatro a cinco metros de comprimento, enrolou-se ao redor de seu torso, apertando-a no chão da cozinha. "Eu a agarrei pela cabeça, mas

ela não me soltava", disse Arom. "Ela apenas apertava mais." Pitons são constritoras não venenosas, que matam suas presas gradualmente ao apertar até sufocá-las. Encostada contra a porta da cozinha, Arom gritou por socorro, mas só foi quando um vizinho passou por perto cerca de uma hora e meia depois e ouviu seus gritos que as autoridades foram chamadas. O policial Anusorn Wongmalee disse à *Associated Press* ontem, que, ao chegar, a mulher ainda estava encostada na porta, parecendo exausta e pálida, com a cobra enrolada em seu corpo. Policiais e agentes de controle animal usaram um pé de cabra para bater na cabeça da cobra até que ela soltasse Arom e deslizasse para longe, antes de ser capturada.